



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, *caput*, da Constituição Federal e dos arts. 397, I, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ernesto Araújo, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre a atuação no Ministério das Relações Exteriores nos esforços para obtenção de vacinas contra a Covid-19 e outras questões relacionadas, o Chanceler Ernesto Araújo.

JUSTIFICAÇÃO

A crise provocada pela Covid-19 chegou ao seu ápice com recordes de casos e mortes e com o colapso do sistema de saúde na maioria dos estados brasileiros. A única saída para essa crise é a vacina. No entanto, há um entrave fundamental que impede o avanço da campanha de vacinação: a falta de vacinas. Essa escassez é consequência direta de uma série de erros, omissões e atropelos do governo federal como um todo. Não apenas o Ministério da Saúde tem responsabilidade direta pela crise sanitária que o Brasil vive. O Ministério das Relações Exteriores também tem desempenhado um papel aquém da sua história e das suas possibilidades, prejudicando o fornecimento de vacinas na quantidade que o país necessita. Nesse momento em que a cooperação internacional é fundamental, o Ministro Ernesto de Araújo queima pontes e joga contra os esforços que poderiam trazer mais vacinas para o Brasil mais rapidamente.

O atraso para a chega de matéria-prima para a produção das vacinas Coronavac e Oxford/Astrazeneca foi a primeira demonstração de que os tropeços diplomáticos

do atual governo custariam muito caro para o Brasil na luta contra a Covid-19. A demora no envio do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) de ambas as vacinas, produzido na China, foi amplamente atribuída a problemas diplomáticos causados pelo chanceler e por outros membros do atual governo.

Uma das principais razões da escassez global de vacinas é a capacidade limitada de produção das principais empresas que conseguiram desenvolver vacinas já autorizadas para uso no mundo, especialmente a Pfizer e a Moderna. Acontece que existem milhares de laboratórios e fábricas pelo mundo que poderiam estar contribuindo para esse esforço de produção caso aquelas empresas renunciassem, ainda que temporariamente, a suas patentes.

Essa possibilidade vem sendo discutida em fóruns internacionais como a Organização Mundial do Comércio e Organização Mundial de Saúde. O Brasil, no entanto, de acordo com relatos da mídia, tem assumido uma postura conservadora, em apoio aos interesses norte-americanos e de outros países desenvolvidos, contra a quebra de patentes. Após liderar um movimento global no início dos anos 2000 em favor da quebra de patentes e da produção de genéricos, é mister que o Itamaraty esclareça o posicionamento que tem adotado nessas negociações multilaterais e demonstre os esforços que tem despendido para garantir maior acesso às vacinas por países pobres e em desenvolvimento.

Há, agora, notícias de que o governo norte-americano pressionou, em 2020, o Brasil para que não fossem adquiridas doses da vacina russa Sputnik V. Como é bem sabido, os esforços para a compra dessa vacina têm sido liderados por governadores brasileiros. Em meados de 2020 já ocorriam discussões entre o governo do Paraná e autoridades russas. Desde o final de 2020, a aquisição de vacinas Sputnik V por outros governos estaduais vinha sendo negociada.

Apenas após forte pressão desses governadores que o governo federal anunciou um contrato para a compra de 10 milhões de doses da Sputnik V – um montante inferior àquele adquirido pelo Consórcio do Nordeste. Por que o governo federal demorou tanto a iniciar essas negociações com a Rússia? Foi por causa da pressão norte-

americana? Essas são algumas das perguntas do povo brasileiro que merecem resposta.

Ainda com relação aos Estados Unidos, era óbvia a preferência do atual governo em relação ao ex-presidente Donald Trump. Com a vitória e a posse de Joe Biden, no entanto, há um novo governo na Casa Branca. O Brasil poderia se beneficiar enormemente da cooperação e ajuda desse governo. Há, por exemplo, notícias de que o governo Biden estava contemplando abrir mão de milhões de doses de vacinas Oxford/Astrazeneca estocadas, mas sem autorização para uso pelas autoridades sanitárias, em benefício de outros países como o Brasil. Nesse sentido, é fundamental compreender que esforços o Itamaraty tem empreendido para se aproximar o novo governo norte-americano e como pretende avançar na cooperação com os EUA contra a Covid-19.

A falta de esforço na busca de soluções cientificamente comprovadas para enfrentar a Covid-19 contrasta com a disposição em viajar para o outro lado do mundo atrás de medicamentos que estão em fases iniciais de desenvolvimento. Recentemente, uma delegação brasileira chefiada pelo chanceler Ernesto de Araújo foi a Israel para saber mais sobre um spray nasal antiviral desenvolvido no país. Acontece que tal medicamento concluiu apenas pela primeira fase de desenvolvimento científico – foi testado, portanto, em um número muito reduzido de pacientes: 30 pessoas. Ainda precisam ser realizadas as fases 2 e 3 de testes, uma empreitada que deve levar meses, se não anos, sem qualquer garantia de sucesso. Enquanto isso, o próprio criador do spray recomenda que a principal arma contra a Covid-19 é a vacina. Assim, questiona-se qual foi o resultado da missão diplomática enviada a Israel.

Diante da relevância do tema, esperamos contar com a aprovação dos nossos Pares a este Requerimento que apresentamos

Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e dos arts. 397, I, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ernesto Araújo, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre a atuação no Ministério das Relações Exteriores nos esforços para obtenção de vacinas contra a Covid-19 e outras questões relacionadas, o Chanceler Ernesto Araújo.

Sala das Sessões, 16 de março de 2021.

Senador Fabiano Contarato
(REDE - ES)

|||||
SF/21305.72015-40 (LexEdit)